

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

EDITAL

PROCESSO Nº 016/2025

DISPENSA Nº 014/2025

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: POR LOTE

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG inscrita no CNPJ nº 01.601.663/0001-24, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos do Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/, de 01 de abril de 2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observando as datas, horários e locais discriminados a seguir.

DATA INICIAL PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	DIA 07 DE JULHO DE 2025
DATA FINAL PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	DIA 11 DE JULHO DE 2025, ATÉ ÀS 10:00
DATA DE JULGAMENTO	DIA 11 DE JULHO DE 2025, ÀS 10:45
HORÁRIO DE REFERÊNCIA	BRASÍLIA/DF
ENDEREÇO PARA ENVIO PRESENCIAL DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	RUA JOSÉ CLETO DUARTE, Nº 86, CENTRO, SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	cmssbelavista@gmail.com

1- OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MÓVEIS E CADEIRAS PARA AS SALAS ADMINISTRATIVAS QUE ESTÃO EM REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG



1.1 DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

LOTE 01				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
01	007.000.018	MESA EM L; Conjunto em L, composto por 3 peças sendo mesa 150x060, mesa 120x060 e gaveteiro com 2 gavetas	UN	03
02	022.000.061	POLTRONA GIRATÓRIA; Poltrona giratória JOB com base back system com todas as regulagens de ergonomia	UN	03
03	022.000.062	POLTRONA FIXA; Poltrona fixa modelo B72 assento encosto em courvim, com base cromada, suporta até 150 quilos.	UN	08

2- JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem como objeto o fornecimento e montagem de móveis e cadeiras destinados às salas administrativas da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, atualmente em processo de reforma. A medida visa atender à necessidade de reestruturação física e organizacional das dependências internas da Casa Legislativa, promovendo a modernização e adequação do mobiliário às novas configurações dos espaços.

A Câmara Municipal, como órgão do Poder Legislativo, necessita manter suas instalações em condições adequadas para o pleno desempenho de suas atividades administrativas e legislativas. Com o avanço das obras de reforma nas salas administrativas, torna-se essencial o planejamento para a aquisição de mobiliário que atenda aos critérios de funcionalidade, ergonomia, durabilidade e segurança. O mobiliário atual, além de se encontrar em condições inadequadas de conservação e uso, não acompanha as exigências técnicas e estruturais do novo layout físico resultante da reforma.

A substituição e aquisição de novos móveis, incluindo mesas, cadeiras, armários, gaveteiros e demais equipamentos de apoio, justifica-se, portanto, tanto pela obsolescência dos itens atualmente existentes quanto pela necessidade de adaptação às normas regulamentadoras vigentes, notadamente aquelas relacionadas à ergonomia no ambiente de trabalho, segurança ocupacional e acessibilidade. Ressalta-se que a aquisição de mobiliário inadequado ou incompatível com os espaços reformados poderia comprometer a organização

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

do trabalho, reduzir a produtividade dos servidores, além de gerar custos adicionais futuros com adaptações ou substituições. Adicionalmente, a contratação contemplará o serviço de montagem dos móveis, o que assegura sua correta instalação, com o manuseio técnico e especializado dos itens, evitando avarias e garantindo o pleno funcionamento dos mesmos, em conformidade com as especificações do fabricante e com a disposição dos ambientes planejados.

A presente demanda está pautada nos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, em especial os princípios da eficiência, economicidade, legalidade, moralidade e interesse público, previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Busca-se, com isso, proporcionar uma estrutura adequada para o desempenho das funções institucionais da Câmara Municipal, promovendo melhorias nas condições de trabalho dos servidores, bem como melhor atendimento ao público e aos parlamentares.

Considerando o exposto, conclui-se que a contratação é necessária, oportuna e coerente com os objetivos institucionais da Câmara Municipal, e justifica-se plenamente diante da necessidade de assegurar a adequada sinalização dos espaços públicos, o cumprimento de protocolos cerimoniais e o reconhecimento de contribuições relevantes à sociedade local, por meio da confecção de peças de comunicação visual de caráter permanente e simbólico. Assim, sugere-se a formalização do processo de dispensa de licitação baseando-se nas normas da Lei Federal Nº 14.133/21, em especial aquelas contidas no seu artigo 75, II e, supletivamente, as normas da Teoria Geral dos Contratos, resolvendo-se casos omissos de acordo com o disposto na Lei de Licitações e segundo os princípios gerais do Direito Administrativo.

3

3- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FICHA	RECURSO	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
001	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – PODER LEGISLATIVO	01.031.0016.3.001.4490.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

4- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, fazendo uso em especial

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

do disposto no Artigos 23 da Lei Federal 14.133/2021 e a IN SEGES/ME dê nº 65, de 2021, que dispõe sobre procedimentos a serem realizados na estimativa dos preços apurados pela Câmara Municipal, e se estes estão de acordo com a média de mercado. Assim, a Câmara Municipal, fazendo uso da sua competência realizou uma ampla pesquisa de preços para saber o preço mercadológico praticado, esta vasta procura foi feita com fornecedores da região que prestam o serviço requerido. Conforme a Lei 14.133 de 2021.

Diante de todo o exposto pode observar que a Estimativa do valor global da Contratação é de R\$ 12.262,56 (doze mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

5- CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

5.1. A presente convocação para apresentação de Proposta ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE NO MINIMO 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no sítio eletrônico oficial do Câmara Municipal e Portal Nacional de Contratações Públicas, e as respectivas propostas e documentos poderão ser encaminhados nas formas apresentadas abaixo, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA DE VALOR Nº 014/2025.

5.1.1. Limite para apresentação das Proposta de Preços e Documentos de Habilitação na forma presencial: Sede da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG situada a Rua José Cleto Duarte, nº 86, Centro, São Sebastião da Bela Vista/MG, CEP: 37567-000, 11/07/2025 às 10:00h;

5.1.2. Limite para apresentação das Proposta de Preços e Documentos de Habilitação na forma eletrônico: cmssbelavista@gmail.com, 11/07/2025 às 10:00h.

5.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

Os seguintes documentos serão exigidos dos fornecedores vencedores do processo para fins de realização do empenho e eventuais assinaturas de contrato.

5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG



5.2.2. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

5.2.2.1. Cópia da Cédula de Identidade ou outro equivalente do(s) sócio(s) da empresa;

5.2.3. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.2.4. Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;

5.2.5. Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;

5.2.6. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS–CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

5.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII– A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.2.8. Declaração de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 68, Inciso VI, da Lei 14.133/2021 (ANEXO III);

5.2.9. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União,

5

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

5.3 PROPOSTA DE PREÇO:

5.3.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme Lei 14.133/2021 ou modelo constante no Anexo II deste Edital.

5.3.2. A propostas de preço que não estiver em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

6- LOCAL DE ENTREGA:

6.1. O licitante vencedor deverá entregar e prestar o serviço de contratação na Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, localizada na Rua José Cleto Duarte, nº 86 - Centro – São Sebastião da Bela Vista/MG, após a ordem de fornecimento emitida pela respectiva Câmara, de segunda à sexta, no horário das 8h às 15h.

7- PAGAMENTO:

7.1. A Câmara Municipal efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que haja a regularização das mesmas.

7.2. A Câmara Municipal, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência.

7.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Câmara Municipal encargos moratórios à taxa nominal

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

7.5. A todas as partes, deverão ser observadas da Lei Federal nº 9.430/1996, da Instrução Normativa da RFB nº 1.234/2012, da Instrução Normativa da RFB nº 2.145/2023, e eventuais posteriores alterações.

8- CRITERIO DE JULGAMENTO:

8.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE** visando buscar o menor valor e a maior competitividade, nos termos da súmula 247 do TCU.

9- DA MODALIDADE

Neste sentido a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, assim a redação do art. 37. inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988, não deixa dúvidas quanto ao acima exposto, entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da C:FB de 1988 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, nesse sentido é o art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

“CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - CRFB/1988: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, materiais, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

assegure igualdade de condições o todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”

“LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]. II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de serviços e compras; [...].

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.”

DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024 - Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14. 133, de 1º de abril de 2021.

Art. 1º - Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.871 de 29 de dezembro de 2023.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.”

Art. 75, caput, inciso II	R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
---------------------------	--

Considerando que o valor da aquisição será inferior ao estabelecido em lei, **faz-se adequada a dispensa de licitação.**

Justificada, portanto, a adoção da modalidade **Da Dispensa de Licitação**, com fundamentação no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/21.

10- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

10.1. Prestar os serviços deste Termo de Referência, em total conformidade com este, devendo ser prestados com as devidas especificações supracitadas;

10.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) conforme exigido no Termo de Referência.

10.3. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

10.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do serviço e todos os tributos incidentes sobre o serviço da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

10.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do serviço contratado.

10.6. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

10.7. Reparar, corrigir, remover, refazer e/ou reexecutar no todo ou em parte, o(s) serviço(s) em que se verifiquem danos e/ou falhas em decorrência do modo em que foi realizada a prestação do(s) serviço(s), no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

10.8. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

prazo previsto, com a devida comprovação, que será avaliada pelo fiscal responsável.

10.9. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência/Edital e seus anexos.

10.10. Executar o serviço da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

10.11. Fornecer todos os móveis e cadeiras conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, obedecendo aos padrões de qualidade, dimensões, materiais e acabamentos exigidos;

10.12. Realizar a entrega, transporte, descarga e montagem de todos os itens diretamente nas dependências da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, no prazo estipulado no contrato, com pessoal capacitado e sem ônus adicional para a contratante;

10.13. Efetuar a montagem completa do mobiliário nos locais indicados pela Administração, observando o layout previamente definido, com zelo, responsabilidade e dentro das normas de segurança aplicáveis;

10.14. Fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os produtos fornecidos, contados a partir do recebimento definitivo, responsabilizando-se pela substituição, correção ou reparo de quaisquer defeitos de fabricação ou vícios ocultos detectados nesse período, sem qualquer ônus para a contratante;

10.15. Responder integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de ações, omissões, imperícia, negligência ou imprudência de seus empregados, prepostos ou subcontratados, durante o transporte, entrega ou montagem dos móveis;

10

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

10.16. Zelar pela conservação das instalações da contratante, evitando quaisquer danos ao patrimônio público durante as atividades de entrega e montagem. Caso ocorra qualquer avaria, a contratada será obrigada a proceder aos reparos ou substituições necessárias, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

10.17. Cumprir todas as normas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho vigentes, responsabilizando-se integralmente por seus empregados e eventuais encargos decorrentes da relação de trabalho;

10.18. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista;

10.19. Atender prontamente a quaisquer solicitações ou esclarecimentos que venham a ser formulados pela fiscalização do contrato, designada pela Câmara Municipal, durante todo o período de execução contratual;

10.20. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas ao fornecimento e montagem dos móveis, tais como fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, entre outros necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

11- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1. Fornecer à contratada todas as informações, documentos e especificações necessárias à adequada prestação dos serviços contratados.

11.2. Indicar formalmente os servidores ou representantes responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

11.3. Assegurar o acesso da contratada, sempre que necessário e mediante agendamento, às dependências da Câmara ou locais onde as linhas estiverem em uso, para fins de instalação,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

ativação ou manutenção técnica.

11.4. Colaborar com a contratada na identificação e resolução de eventuais falhas de comunicação, fornecimento informações sobre a ocorrência.

11.5. Efetuar o pagamento à contratada, dentro do prazo contratual, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pela unidade responsável, desde que os serviços tenham sido prestados de forma satisfatória e estejam em conformidade com as condições pactuadas;

11.6. Rejeitar, total ou parcialmente, qualquer fatura que contenha irregularidade ou divergências em relação ao objeto contratado, até que as devidas correções sejam providenciadas.

11.7. Realizar o acompanhamento, controle e fiscalização dos serviços prestados, por meio de servidor designado, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

11.8. Registrar e comunicar formalmente à contratada qualquer ocorrência que implique falha na execução contratual, solicitamos as devidas providências.

11.9. Zelar pelo uso correto das linhas telefônicas fornecidas, responsabilizando-se por sua utilização estritamente para fins institucionais.

11.10. Comunicar imediatamente à contratada, por meio formal, qualquer perda, roubo, extravio ou dano de chips ou equipamentos que impeçam o uso regular das linhas.

11.11. Observar e respeitar os termos da Lei nº 14.133/2021, bem como os demais normativos legais aplicáveis à contratação pública, especialmente quanto aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

11.12. Promover a adequada instrução e arquivamento do processo administrativo referente

12

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

à contratação, garantindo a transparência e controle dos atos.

12- DA FISCALIZAÇÃO:

12.1. Ficam designados para fiscalizar prestação do serviço durante a realizações das sessões, os servidores:

- a) **Titular:** Lucas Fernando Lopes da Silva.
- b) **Suplente:** Cristiano Ribeiro Braselino.

12.2. À fiscalização fica assegurado o direito de:

12.2.1. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas;

12.2.2. Solicitar, fundamentalmente, a substituição do bem entregue, desde que seja julgado inconveniente ou impróprio, nos termos da descrição contida no item 1.1.

12.2.3. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita entrega do objeto em todos os seus termos e condições;

12.2.4. Verificada alguma irregularidade na prestação do serviço, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas em lei vigente;

12.2.5. A Câmara não se responsabilizará por contatos realizados com pessoas não autorizados.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratado, o que não fará cessar ou diminuir a reponsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

13- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG



13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

lances.

13.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.11 a 13.1.12;

13.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Poderá a Câmara Municipal revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

14.2. A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que

15

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

14.3. A anulação do procedimento licitatório, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência dela, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Câmara Municipal.

14.5. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

14.5.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

14.5.2 – ANEXO II – MODELO DE ORÇAMENTO;

14.5.3 – ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO;

14.5.4 – ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO;

16

São Sebastião da Bela Vista, 03 de junho de 2025

Lucas Fernando Lopes da Silva
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MÓVEIS E CADEIRAS PARA AS SALAS ADMINISTRATIVAS QUE ESTÃO EM REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

1.1. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

LOTE 01				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
01	007.000.018	MESA EM L; Conjunto em L, composto por 3 peças sendo mesa 150x060, mesa 120x060 e gaveteiro com 2 gavetas	UN	03
02	022.000.061	POLTRONA GIRATÓRIA; Poltrona giratória JOB com base back system com todas as regulagens de ergonomia	UN	03
03	022.000.062	POLTRONA FIXA; Poltrona fixa modelo B72 assento encosto em courvim, com base cromada, suporta até 150 quilos.	UN	08

2 - DOS PRAZOS

2.1. O prazo de **VIGÊNCIA DO CONTRATO** será de 01 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, nos moldes dos artigos 106 e 107 da referida lei.

2.2. O adjudicatário deverá assinar a Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.

2.3. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, situada na Rua José Cleto Duarte, Nº 86, Centro, na cidade de São Sebastião da Bela Vista/MG, CEP 37567000.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

2.4. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara.

2.5. A entrega e a prestação de serviço deverão ser realizadas em até 60 (sessenta) dias úteis a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento emitida pela Câmara Municipal.

2.6. Comunicar à Contratante, no **prazo máximo** de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do bem, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação por escrito.

3 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

3.1. A prestação do serviço ocorrerá de acordo com a ordem de compra/fornecimento, emitida pela Câmara Municipal.

3.2. As despesas relacionadas à prestação de serviço tais como: despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração dentre outros será por conta da CONTRATADA.

3.3. A CONTRATADA estará sujeita à fiscalização do serviço no ato, reservando-se a CONTRATANTE, através do responsável, o direito de não receber o objeto.

3.4. Fornecer o material ou serviço ofertado, atendendo, rigorosamente, suas especificações, prazos e atividades previstas no Termo de Referência.

4 - LOCAL DE ENTREGA E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

4.1. O licitante vencedor deverá prestar o serviço de contratação na Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, localizada na Rua José Cleto Duarte, nº 86 - Centro – São Sebastião da Bela Vista/MG, após a ordem de fornecimento emitida pela respectiva Câmara,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

de segunda à sexta, no horário das 8h às 15h.

5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. As despesas correspondentes à aquisição correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

FICHA	RECURSO	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
001	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – PODER LEGISLATIVO	01.031.0016.3.001.4490.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

6 - PAGAMENTO:

6.1. A Câmara Municipal efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que haja a regularização das mesmas.

6.2. A Câmara Municipal, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência.

6.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Câmara Municipal encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

6.5. A todas as partes, deverão ser observadas da Lei Federal nº 9.430/1996, da Instrução Normativa da RFB nº 1.234/2012, da Instrução Normativa da RFB nº 2.145/2023, e eventuais posteriores alterações.

7- DA MODALIDADE

Neste sentido a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, assim a redação do art. 37. inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988, não deixa dúvidas quanto ao acima exposto, entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da C:FB de 1988 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, nesse sentido é o art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

“CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - CRFB/1988: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, materiais, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”

“LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]. II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de serviços e compras; [...].

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.”

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024 - Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14. 133, de 1º de abril de 2021.

Art. 1º - Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.871 de 29 de dezembro de 2023.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.”

Art. 75, caput, inciso II	R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
---------------------------	--

Considerando que o valor da aquisição será inferior ao estabelecido em lei, **faz-se adequada a dispensa de licitação.**

Justificada, portanto, a adoção da modalidade **Da Dispensa de Licitação**, com fundamentação no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/21.

5

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Prestar os serviços deste Termo de Referência, em total conformidade com este, devendo ser prestados com as devidas especificações supracitadas;

9.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) conforme exigido no Termo de Referência.

9.3. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

9.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do serviço e todos os tributos incidentes sobre o serviço da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

9.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do serviço contratado.

9.6. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

9.7. Reparar, corrigir, remover, refazer e/ou reexecutar no todo ou em parte, o(s) serviço(s) em que se verifiquem danos e/ou falhas em decorrência do modo em que foi realizada a prestação do(s) serviço(s), no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.8. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que será avaliada pelo fiscal responsável.

9.9. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência/Edital e seus anexos.

9.10. Executar o serviço da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

9.11. Fornecer todos os móveis e cadeiras conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, obedecendo aos padrões de qualidade, dimensões, materiais e acabamentos exigidos;

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG



9.12. Realizar a entrega, transporte, descarga e montagem de todos os itens diretamente nas dependências da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, no prazo estipulado no contrato, com pessoal capacitado e sem ônus adicional para a contratante;

9.13. Efetuar a montagem completa do mobiliário nos locais indicados pela Administração, observando o layout previamente definido, com zelo, responsabilidade e dentro das normas de segurança aplicáveis;

9.14. Fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os produtos fornecidos, contados a partir do recebimento definitivo, responsabilizando-se pela substituição, correção ou reparo de quaisquer defeitos de fabricação ou vícios ocultos detectados nesse período, sem qualquer ônus para a contratante;

9.15. Responder integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de ações, omissões, imperícia, negligência ou imprudência de seus empregados, prepostos ou subcontratados, durante o transporte, entrega ou montagem dos móveis;

9.16. Zelar pela conservação das instalações da contratante, evitando quaisquer danos ao patrimônio público durante as atividades de entrega e montagem. Caso ocorra qualquer avaria, a contratada será obrigada a proceder aos reparos ou substituições necessárias, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

9.17. Cumprir todas as normas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho vigentes, responsabilizando-se integralmente por seus empregados e eventuais encargos decorrentes da relação de trabalho;

9.18. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista;

9.19. Atender prontamente a quaisquer solicitações ou esclarecimentos que venham a ser formulados pela fiscalização do contrato, designada pela Câmara Municipal, durante todo o

7

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

período de execução contratual;

9.20. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas ao fornecimento e montagem dos móveis, tais como fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, entre outros necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Fornecer à contratada todas as informações, documentos e especificações necessárias à adequada prestação dos serviços contratados.

10.2. Indicar formalmente os servidores ou representantes responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

10.3. Assegurar o acesso da contratada, sempre que necessário e mediante agendamento, às dependências da Câmara ou locais onde as linhas estiverem em uso, para fins de instalação, ativação ou manutenção técnica.

10.4. Colaborar com a contratada na identificação e resolução de eventuais falhas de comunicação, fornecimento informações sobre a ocorrência.

10.5. Efetuar o pagamento à contratada, dentro do prazo contratual, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pela unidade responsável, desde que os serviços tenham sido prestados de forma satisfatória e estejam em conformidade com as condições pactuadas;

10.6. Rejeitar, total ou parcialmente, qualquer fatura que contenha irregularidade ou divergências em relação ao objeto contratado, até que as devidas correções sejam providenciadas.

10.7. Realizar o acompanhamento, controle e fiscalização dos serviços prestados, por meio de servidor designado, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade,

8

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

moralidade, publicidade e eficiência.

10.8. Registrar e comunicar formalmente à contratada qualquer ocorrência que implique falha na execução contratual, solicitamos as devidas providências.

10.9. Observar e respeitar os termos da Lei nº 14.133/2021, bem como os demais normativos legais aplicáveis à contratação pública, especialmente quanto aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

10.10. Promover a adequada instrução e arquivamento do processo administrativo referente à contratação, garantindo a transparência e controle dos atos.

11 – DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. Ficam designados para fiscalizar o recebimento do(s) produtos(s) e recebimento e da(s) nota(s) fiscal(is), o(s) servidor(es):

a) **Titular:** Lucas Fernando Lopes da Silva.

b) **Suplente:** Cristiano Ribeiro Braselino.

11.2. À fiscalização fica assegurado o direito de:

11.2.1. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas;

11.2.2. Solicitar, fundamentalmente, a substituição do bem entregue, desde que seja julgado inconveniente ou impróprio, nos termos da descrição contida no item 1.1.

11.2.3. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita entrega do objeto em todos os seus termos e condições;

11.2.4. Verificada alguma irregularidade na entrega dos itens, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

previstas em lei vigente;

11.2.5. A Câmara não se responsabilizará por contatos realizados com pessoas não autorizados.

11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

10

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;

12.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13 - JUSTIFICATIVA:

A presente contratação tem como objeto o fornecimento e montagem de móveis e cadeiras destinados às salas administrativas da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, atualmente em processo de reforma. A medida visa atender à necessidade de reestruturação física e organizacional das dependências internas da Casa Legislativa, promovendo a modernização e adequação do mobiliário às novas configurações dos espaços.

A Câmara Municipal, como órgão do Poder Legislativo, necessita manter suas instalações em condições adequadas para o pleno desempenho de suas atividades administrativas e legislativas. Com o avanço das obras de reforma nas salas administrativas, torna-se essencial o planejamento para a aquisição de mobiliário que atenda aos critérios de funcionalidade, ergonomia, durabilidade e segurança. O mobiliário atual, além de se encontrar em condições inadequadas de conservação e uso, não acompanha as exigências técnicas e estruturais do novo layout físico resultante da reforma.

A substituição e aquisição de novos móveis, incluindo mesas, cadeiras, armários, gaveteiros e demais equipamentos de apoio, justifica-se, portanto, tanto pela obsolescência dos itens atualmente existentes quanto pela necessidade de adaptação às normas regulamentadoras vigentes, notadamente aquelas relacionadas à ergonomia no ambiente de trabalho, segurança ocupacional e acessibilidade. Ressalta-se que a aquisição de mobiliário inadequado ou incompatível com os espaços reformados poderia comprometer a organização do trabalho, reduzir a produtividade dos servidores, além de gerar custos adicionais futuros com adaptações ou substituições. Adicionalmente, a contratação contemplará o serviço de montagem dos móveis, o que assegura sua correta instalação, com o manuseio técnico e especializado dos itens, evitando avarias e garantindo o pleno funcionamento dos mesmos, em conformidade com as especificações do fabricante e com a disposição dos ambientes planejados.

A presente demanda está pautada nos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, em especial os princípios da eficiência, economicidade, legalidade, moralidade e interesse público, previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Busca-se, com isso, proporcionar uma estrutura adequada para o desempenho das funções institucionais da Câmara Municipal, promovendo melhorias nas condições de trabalho dos servidores,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

bem como melhor atendimento ao público e aos parlamentares.

Considerando o exposto, conclui-se que a contratação é necessária, oportuna e coerente com os objetivos institucionais da Câmara Municipal, e justifica-se plenamente diante da necessidade de assegurar a adequada sinalização dos espaços públicos, o cumprimento de protocolos cerimoniais e o reconhecimento de contribuições relevantes à sociedade local, por meio da confecção de peças de comunicação visual de caráter permanente e simbólico. Assim, sugere-se a formalização do processo de dispensa de licitação baseando-se nas normas da Lei Federal N° 14.133/21, em especial aquelas contidas no seu artigo 75, II e, supletivamente, as normas da Teoria Geral dos Contratos, resolvendo-se casos omissos de acordo com o disposto na Lei de Licitações e segundo os princípios gerais do Direito Administrativo.

São Sebastião da Bela Vista/MG, 03 de junho de 2025.

13

Lucas Fernando Lopes da Silva
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

ANEXO II - MODELO DE ORÇAMENTO

EMPRESA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	
TELEFONE:	
E-MAIL	

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MÓVEIS E CADEIRAS PARA AS SALAS ADMINISTRATIVAS QUE ESTÃO EM REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	MESA EM L; Conjunto em L, composto por 3 peças sendo mesa 150x060, mesa 120x060 e gaveteiro com 2 gavetas	UN	03		
02	POLTRONA GIRATÓRIA; Poltrona giratória JOB com base back system com todas as regulagens de ergonomia	UN	03		
03	POLTRONA FIXA; Poltrona fixa modelo B72 assento encosto em courvim, com base cromada, suporta até 150 quilos.	UN	08		

Essa proposta tem validade de 180 dias nos termos do In 73/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão. O responsável pela elaboração do orçamento declara ciência das condições das especificações dos serviços.

_____, _____ de junho de 2025.

ASSINATURA

Carimbo com CNPJ

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

DECLARAÇÃO

PROPONENTE:
CNPJ:

REF.: DISPENSA DE VALOR Nº 014/2025

DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 68, Inciso VI, da Lei 14.133/2021.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

São Sebastião da Bela Vista, XX de maio 2025

PROPONENTE

SE POSSÍVEL AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2025

DISPENSA Nº 014/2025

PROCESSO Nº 016/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

CONTRATADA:

Aos.....dias do mês de.....do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), nesta cidade de São Sebastião da Bela Vista/MG, as partes de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cleto Duarte, Nº 86, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 01.601.663/0001-24 neste ato representado pelo Presidente da Câmara inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portador da Cédula de Identidade RG nº, em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado pelo Sr.(a) portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato, em face do resultado da Dispensa de Licitação nº XX, que se regerá pela Lei nº 14.133/21, bem como o Edital referido, a proposta da CONTRATADA, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MÓVEIS E CADEIRAS PARA AS SALAS ADMINISTRATIVAS QUE ESTÃO EM REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG, para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, atendidas as especificações do termo de referência e demais disposições do edital.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ORÇAMENTO

2.1. As despesas correspondentes à execução do contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

FICHA	RECURSO	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
001	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – PODER LEGISLATIVO	01.031.0016.3.001.4490.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA

3.1. O adjudicatário deverá assinar a Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.

3.2. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, situada na Rua José Cleto Duarte, Nº 86, Centro, na cidade de São Sebastião da Bela Vista/MG, CEP 37567000.

3.3. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara.

3.4. A entrega e a prestação de serviço deverão ser realizadas em até 60 (sessenta) dias úteis a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento emitida pela Câmara Municipal.

3.5. Comunicar à Contratante, no **prazo máximo** de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do bem, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação por escrito.

3.6. O prazo de **VIGÊNCIA DO CONTRATO** será de 01 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, nos moldes dos artigos 106 e 107 da referida lei.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

4.1. O valor deste Contrato é de R\$ dividido conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A Câmara Municipal efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que haja a regularização das mesmas.

5.2. A Câmara Municipal, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência.

5.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Câmara Municipal encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

5.5. A todas as partes, deverão ser observadas da Lei Federal nº 9.430/1996, da Instrução Normativa da RFB nº 1.234/2012, da Instrução Normativa da RFB nº 2.145/2023, e eventuais posteriores alterações.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Fornecer à contratada todas as informações, documentos e especificações necessárias à adequada prestação dos serviços contratados.

6.2. Indicar formalmente os servidores ou representantes responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

6.3. Assegurar o acesso da contratada, sempre que necessário e mediante agendamento, às dependências da Câmara ou locais onde as linhas estiverem em uso, para fins de instalação, ativação ou manutenção técnica.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

6.4. Colaborar com a contratada na identificação e resolução de eventuais falhas de comunicação, fornecendo informações sobre a ocorrência.

6.5. Efetuar o pagamento à contratada, dentro do prazo contratual, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pela unidade responsável, desde que os serviços tenham sido prestados de forma satisfatória e estejam em conformidade com as condições pactuadas;

6.6. Rejeitar, total ou parcialmente, qualquer fatura que contenha irregularidade ou divergências em relação ao objeto contratado, até que as devidas correções sejam providenciadas.

6.7. Realizar o acompanhamento, controle e fiscalização dos serviços prestados, por meio de servidor designado, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6.8. Registrar e comunicar formalmente à contratada qualquer ocorrência que implique falha na execução contratual, solicitamos as devidas providências.

6.9. Observar e respeitar os termos da Lei nº 14.133/2021, bem como os demais normativos legais aplicáveis à contratação pública, especialmente quanto aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

6.10. Promover a adequada instrução e arquivamento do processo administrativo referente à contratação, garantindo a transparência e controle dos atos.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

7.1. Prestar os serviços deste Termo de Referência, em total conformidade com este, devendo ser prestados com as devidas especificações supracitadas;

7.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) conforme exigido no Termo de Referência.

7.3. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG



7.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade, e necessárias ao cumprimento do serviço e todos os tributos incidentes sobre o serviço da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

7.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do serviço contratado.

7.6. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

7.7. Reparar, corrigir, remover, refazer e/ou reexecutar no todo ou em parte, o(s) serviço(s) em que se verifiquem danos e/ou falhas em decorrência do modo em que foi realizada a prestação do(s) serviço(s), no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

7.8. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que será avaliada pelo fiscal responsável.

7.9. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência/Edital e seus anexos.

7.10. Executar o serviço da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

7.11. Fornecer todos os móveis e cadeiras conforme as especificações técnicas detalhadas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

no Termo de Referência, obedecendo aos padrões de qualidade, dimensões, materiais e acabamentos exigidos;

7.12. Realizar a entrega, transporte, descarga e montagem de todos os itens diretamente nas dependências da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG, no prazo estipulado no contrato, com pessoal capacitado e sem ônus adicional para a contratante;

7.13. Efetuar a montagem completa do mobiliário nos locais indicados pela Administração, observando o layout previamente definido, com zelo, responsabilidade e dentro das normas de segurança aplicáveis;

7.14. Fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os produtos fornecidos, contados a partir do recebimento definitivo, responsabilizando-se pela substituição, correção ou reparo de quaisquer defeitos de fabricação ou vícios ocultos detectados nesse período, sem qualquer ônus para a contratante;

7.15. Responder integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de ações, omissões, imperícia, negligência ou imprudência de seus empregados, prepostos ou subcontratados, durante o transporte, entrega ou montagem dos móveis;

7.16. Zelar pela conservação das instalações da contratante, evitando quaisquer danos ao patrimônio público durante as atividades de entrega e montagem. Caso ocorra qualquer avaria, a contratada será obrigada a proceder aos reparos ou substituições necessárias, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

7.17. Cumprir todas as normas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho vigentes, responsabilizando-se integralmente por seus empregados e eventuais encargos decorrentes da relação de trabalho;

7.18. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG



7.19. Atender prontamente a quaisquer solicitações ou esclarecimentos que venham a ser formulados pela fiscalização do contrato, designada pela Câmara Municipal, durante todo o período de execução contratual;

7.20. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas ao fornecimento e montagem dos móveis, tais como fretes, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, entre outros necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do Ata;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total da Ata;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar a Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata;

8.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG



8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;

8.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e Ata/Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Constituirão motivos para extinção da Ata, independente de procedimento judicial, as situações previstas no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescidos:

9.1.1. Reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da Contratada no cumprimento satisfatório da Ata;

9.1.2. Quaisquer das situações previstas na Cláusula de Sanções desta Ata,

9.1.3. Quando ocorrerem razões de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG

10.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de execução de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO

11.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Ata somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. O presente Termo de Ata o rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente Termo de Ata correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITO DAS PARTES

14.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Lei nº 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Ficam designados para fiscalizar o recebimento do(s) serviço(s) e recebimento e da(s) nota(s) fiscal(is), o(s) servidor(es):

- a) **Titular:** Lucas Fernando Lopes da Silva.
- b) **Suplente:** Cristiano Ribeiro Braselino.

15.2. À fiscalização fica assegurado o direito de:

15.2.1. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas;

15.2.2. Solicitar, fundamentalmente, a substituição do bem entregue, desde que seja julgado inconveniente ou impróprio, nos termos da descrição contida no item 1.1.

15.2.3. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita entrega do objeto em todos os seus termos e condições;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG



15.2.4. Verificada alguma irregularidade na entrega dos itens, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas em lei vigente;

15.2.5. A Câmara não se responsabilizará por contatos realizados com pessoas não autorizadas.

15.3. Fiscalizar a execução do objeto contratado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rita do Sapucaí/MG, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato;

16.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

10

São Sebastião da Bela Vista/MG, XX de XXXXXXXX 2025

CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

CONTRATADO
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX